

De: AZEVEDO SETTE ADVOGADOS ASSOCIADOS

P/: SUBSECRETARIA DE OPERAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR (SUEXT)

Ref: JOF-1412/2019, PROJETO BRA/18/023

**ANÁLISE DA PRÁTICA INTERNACIONAL RELATIVA À INSERÇÃO DE SERVIÇOS
EM REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS DE INDUSTRIALIZAÇÃO PARA
EXPORTAÇÃO**

Memorando de pesquisa:

México

Sumário

Introdução	2
1. Indicação dos serviços abrangidos pelo regime, abordando eventuais restrições e exceções	2
2. Indicação dos possíveis beneficiários do regime, abordando eventuais restrições e exceções	7
3. Forma como a empresa interessada deve requerer o benefício.....	7
4. Modo como se dá a análise e a concessão do regime pela autoridade competente.....	9
5. Modalidades existentes (suspensão, isenção ou restituição de tributos).....	9
6. Tributos abrangidos pelo benefício	10
7. Documentos físicos ou eletrônicos utilizados para comprovar a operação	10
8. Normas e procedimentos aplicáveis à operação.....	10
9. Representatividade (%) do valor das exportações amparadas pelo regime em relação às exportações totais	11
10. Dados estatísticos sobre a utilização do regime naquele país, se estiverem disponíveis ..	12
11. Informações sobre a aceitação internacional do regime	12
12. Conclusão	12
Referências consultadas.....	13

Introdução

O México possui dois regimes especiais de industrialização para exportação relevantes para os fins do Projeto: (i) o regime de drawback, no qual não estão inseridos serviços e (ii) o regime para elaboração, transformação, ou reparação em programas de maquila ou de exportação (doravante Programa INMEX), no qual estão inseridos serviços por força da legislação tributária.¹ Notadamente, os serviços de industrialização sob o Programa INMEX são equiparados a exportações e, assim, estão sujeitos a alíquota zero de IVA. Este relatório foca o Programa INMEX, dado que o objeto do estudo é principalmente relacionado a este regime. No caso o regime de drawback, são fornecidas informações gerais na seção 1 abaixo.

1. Indicação dos serviços abrangidos pelo regime, abordando eventuais restrições e exceções

(i) Regime de drawback:

A legislação básica do regime de drawback é o Decreto que estabelece a devolução de imposto de importação aos exportadores (Decreto do Drawback). Pelo mecanismo de drawback, opera-se a restituição do imposto geral de importação pago pela importação de mercadorias ou insumos incorporados a mercadorias de exportação ou mercadorias que retornam ao estrangeiro, no mesmo estado ou que tenham sido submetidas a processos de alteração ou reparação (artigo 1, Decreto do Drawback). A solicitação é feita após a realização da exportação e dentro de doze meses seguintes à importação (artigo 5, Decreto do Drawback).

Embora não tenham sido encontradas informações específicas sobre a representatividade do regime de drawback no total das exportações mexicanas, cabe notar que, em virtude da proeminência do Programa INMEX, da abrangência dos acordos de livre comércio do México e da predominância da corrente de comércio com países em

¹ As exportações de bens serviços estão sujeitas a alíquota zero de IVA na saída e o IVA pago na entrada é creditável (Lei do IVA, artigos 2 e 29). Assim, em princípio, a tributação de serviços prestados à produção do bem exportado resulta em um crédito tributário a ser abatido de operações de saída.

que o imposto de importação é zero, o regime de drawback tende a apresentar uma relevância diminuta em relação às exportações no caso mexicano.

(ii) Programa INMEX

A legislação básica do Programa INMEX inclui a Lei Aduaneira e o Decreto para o fomento da indústria manufatureira, maquiladora e de serviços de exportação (doravante Decreto IMMEX), além da Lei do Imposto sobre Valor Agregado (doravante Lei do IVA). A abrangência do Programa INMEX a serviços para bens exportados se dá por meio da Lei do IVA, conforme descrito abaixo.

O Programa INMEX permite a importação temporária de bens necessários para utilização em processo industrial ou de serviços destinado à elaboração, transformação, ou reparação de mercadorias de procedência estrangeiras para exportação, ou para prestação de serviços de exportação, sem pagamento do imposto geral de importação, do imposto sobre valor agregado e, conforme o caso, de medidas de defesa comercial (*cuotas compensatorias*).²

Além disso, segundo o Decreto INMEX as empresas podem transferir as mercadorias ao amparo do Programa a outras empresas registradas no mesmo Programa ou com seus próprios Programas, para levar a cabo processos de submanufatura de exportação relacionados com os fins do Programa autorizado (artigo 8 e 21). Finalmente, segundo a Lei do IVA, as entregas de bens entre uma e outra empresa beneficiária do programa, quando os bens houverem sido importados sob o Decreto INMEX, não estão sujeitas a tributação pelo IVA (Lei do IVA, artigo 9, IX).

Os bens sob o Programa INMEX são classificados em três categorias: (i) matérias-primas, partes e componentes para destinação total à integração de mercadorias para exportação, combustíveis, lubrificantes e outros materiais que sejam consumidos durante o processo produtivo da mercadoria para exportação, embalagens e pacotes, etiquetas e rótulos, (ii) contentores e caixas, (iii) maquinário, equipamento, ferramentas,

² A disposição sobre elegibilidade de máquinas e equipamentos não parece estar em vigor. Vide Secretaria de Economía, Industria Manufacturera Maquiladora y de Servicios de Exportación (IMMEX).

instrumentos, moldes e partes destinados ao processo produtivo, equipamentos e aparatos para controle de contaminação, para investigação ou capacitação de segurança industrial, de telecomunicações e computo de laboratório, de medição, experimentação de produtos e controle de qualidade, assim como aqueles que intervenham no manejo de materiais relacionados diretamente com bens de exportação e outros vinculados com o processo produtivo, equipamento para desenvolvimento administrativo (Decreto INMEX, artigo 4).³ Além disso, alguns produtos específicos (certos açúcares, têxteis e confecções, siderúrgicos) são tratados como “sensíveis” e estão sujeitos a regras especiais.

O Programa INMEX contempla serviços sob duas dimensões, a segunda das quais tem relevância direta para o Projeto. Numa dimensão, o Decreto INMEX expressamente promove a importação temporária de *bens para a prestação de serviços e a prestação de serviços de exportação*. Nas definições do Programa, operações de manufatura ou maquila compreendem “o processo industrial *ou de serviços* destinado à elaboração, transformação, ou reparação de mercadorias de procedência estrangeira importadas temporariamente para sua exportação ou a prestação de serviços de exportação” (Decreto INMEX, artigo 2, III). Além disso, operações de submanufatura ou maquila consistem no “processo industrial *ou de serviços* destinado à elaboração, transformação, ou reparação de mercadorias de procedência estrangeira importadas temporariamente para sua exportação ou a prestação de serviços de exportação” (Decreto INMEX, artigo 2, IV).

Todavia, nessa dimensão, os *bens* importados para o regime se sujeitam a serviços e posterior exportação. Ou seja, os *bens* para serviços não estão sujeitos ao pagamento dos tributos – e não os *serviços* em si. Logo, essa primeira dimensão não tem relação direta com o Projeto, que busca encontrar serviços associados à exportação dos bens inseridos

³ Note-se que as empresas habilitadas como exportadoras de serviços só podem importar sob o regime os bens da categoria (iii) acima, quando pertinentes ao setor de atividade registrado no programa. Decreto INMEX, artigo 7. De qualquer forma, segundo folheto explicativo elaborado pela Secretaria de Economia, a disposição sobre elegibilidade de máquinas e equipamentos não parece estar em vigor. Vide Secretaria de Economia, Industria Manufacturera Maquiladora y de Servicios de Exportación (IMMEX).

em regimes aduaneiros, e não a inserção de bens sob regimes aduaneiros, ainda que tais regimes possam envolver prestação de serviços.

Noutra dimensão, embora o Decreto INMEX não preveja a inclusão de serviços para industrialização ou associados à entrega de bens entre os benefícios do Programa, a Lei do IVA o faz.⁴ Foram identificadas na legislação mexicana duas abordagens complementares relevantes para o presente Projeto, por promoverem neutralidade tributária quanto às exportações. A primeira abordagem se dá no plano geral, em relação aos serviços de transporte e auxiliares, a despeito do regime aduaneiro em questão. A segunda abordagem é específica ao Programa INMEX.

Pela primeira abordagem e de forma geral, ou seja, para além do Programa INMEX propriamente dito, a Lei do IVA considera como exportações de serviços o transporte internacional de bens prestado por residentes no país e serviços portuários de carga, descarga, abrigo, armazenagem, custódia, estiva e carregamento dentro dos portos e instalações portuárias, desde que sejam prestados em manobras para exportação de mercadorias (Lei do IVA, artigo 29, V). Essa abordagem exonera do IVA serviços de transporte e auxiliares associados à exportação de bens.

Pela segunda abordagem e de forma específica, a Lei do IVA inclui na definição de exportação de serviços “o aproveitamento no estrangeiro de serviços prestados por residentes no país a título de ... operações de maquila para exportação” nos termos da legislação aduaneira e do Decreto INMEX. No mesmo sentido, a Lei do IVA dispõe que “os serviços são aproveitados no estrangeiro quando os bens objeto de maquila ou submaquila sejam exportados por empresa maquiladora” (Lei do IVA, artigo 29, IV, b). Ou seja, nessa segunda abordagem, os serviços das operações de maquila são exonerados ao serem equiparados a exportações de serviços.

Nessa linha, uma das categorias do Programa INMEX que pode ser concedida a empresas exportadoras é a categoria INMEX-serviços. Essa categoria é aplicável “quando se

⁴ A tributação sobre o consumo no México e principalmente amparada no IVA e no Imposto Seletivo sobre Produção e Serviços (IEPS). Considerando que o IEPS é seletivo, o presente memorando não o aborda em detalhes.

realizem *serviços a mercadorias* de exportação ou se prestem serviços de exportação” (Decreto INMEX, artigo 3, III).

Nos termos do Anexo 3.2.9 ao Decreto INMEX, as seguintes atividades podem ser autorizadas na modalidade INMEX-Serviços: I. abastecimento, armazenagem ou distribuição de mercadorias; II. classificação, inspeção, prova ou verificação de mercadorias; III. operações que não alterem materialmente as características da mercadoria, incluindo envase, lixa, engoma, polimento, pintura, cera, entre outras, IV. Integração de jogos (kits) ou materiais com fins promocionais que acompanhem produtos que se exporte; V. reparação, retrabalho ou manutenção de mercadorias; VI. lavanderia ou repassagem de vestuário; VII. bordado ou impressão de vestuário; VIII. blindagem, modificação ou adaptação de veículo automotor; IX. reciclagem ou estoque de desperdícios; X. desenho ou engenharia de produtos; XI. desenho ou engenharia de software; que inclui, entre outros, desenvolvimento de: (a) software embalado, (b) software de sistema e ferramentas para desenvolvimento de software aplicativo, (c) software aplicativo; XII. serviços apoiados em tecnologia da informação que incluem, entre outros: (a) consultoria de software, (b) manutenção e suporte de sistemas computacionais, (c) análise de sistemas computacionais, (d) desenho de sistemas computacionais, (e) programação de sistemas computacionais, (f) processamento de dados, (g) desenho, desenvolvimento e administração de bases de dados, (h) implantação e prova de bases de dados, (i) integração de sistemas computacionais, (j) manutenção de sistemas computacionais e processamento de dados, (k) segurança de sistemas computacionais e processamento de dados, (l) análise e gestão de riscos de sistemas computacionais e processamento de dados e (m) capacitação, consultoria e avaliação para o melhoramento da capacidade humana, asseguarção de qualidade e processos de empresas do setor de tecnologia da informação; XIII. serviços de subcontratação de processos de negócio baseados em tecnologias da informação, que inclui, entre outros: (a) processos de administração, finanças, contabilidade, cobrança, folha, recursos humanos, jurídicos, controle de produção e análises clínicas, (b) subcontratação de análise, desenho, desenvolvimento, administração, manutenção, provas, segurança, implantação e suporte de sistemas computacionais e processamento de dados e (c) centros de atenção telefônica para apoio remoto (call centers) e XIV. outras atividades.

2. Indicação dos possíveis beneficiários do regime, abordando eventuais restrições e exceções

Os beneficiários do Programa INMEX são as pessoas jurídicas produtoras residentes no México e/ou prestadoras de serviços de exportação interessadas em exportar ou importar mercadorias e cujo compromisso seja exportar 500 mil dólares ou mais, ou 10% do seu faturamento total. (Decreto INMEX, artigo 24, I). O Decreto INMEX proíbe a utilização do Programa INMEX para as mercadorias listadas no Anexo I.

As solicitantes do Programa devem contar com (a) certificado de assinatura eletrônica avançada do Serviço de Administração Tributária, (b) Registro Federal de Contribuintes ativo, (c) inscrição dos domicílios fiscais em que sejam realizada operações ao amparo do Programa no Registro Federal de Contribuintes, (d) certidões negativas de débitos tributários e (d) opinião positiva do Serviço de Administração Tributária sobre o cumprimento de obrigações fiscais (Decreto INMEX artigo 11, III).

3. Forma como a empresa interessada deve requerer o benefício

A solicitante deve apresentar uma solicitação ante a Secretaria de Administração Tributária por meio de Janela Única disponível eletronicamente, com utilização de assinatura eletrônica.⁵ Segundo o Decreto INMEX, as informações a serem fornecidas incluem (a) dados gerais da empresa, sócios/acionistas e representantes legais, (b) descrição detalhada do processo produtivo ou serviços, incluindo capacidade produtiva e de serviços e capacidade efetivamente utilizada, (c) para certos produtos definidos como “sensíveis”, informações adicionais sobre os produtos importados e a serem exportados, (d) descrição comercial das mercadorias a importar ao amparo do Programa, (e) setor produtivo, (f) compromisso de realizar anualmente vendas ao exterior acima de 500 mil dólares ou atingir pelo menos 10% do faturamento total em exportações; (g) informações adicionais que a Secretaria de Economia possa requerer (Decreto INMEX,

⁵ Gobierno de Mexico, Ventaila única.

artigo 11, I). Os campos com dados detalhados estão disponíveis a partir página de instruções da Janela Única.⁶

Nos termos do artigo 11, II, do Decreto INMEX, a solicitante deve ainda anexar à solicitação (a) cópias de documentos societários em que apareçam os dados de inscrição junto ao ente público que corresponda, (b) cópia do documento de posse do imóvel a ser utilizado para as operações, com a localização do imóvel e fotografias (artigo 11, II), (c) contrato de maquila, compra e venda, ordens de compra ou pedidos firmes que demonstrem a existência do projeto de exportação, (d) eventuais informações adicionais solicitadas pela Secretaria de Economia, e (e) plano de investimento com informação relativa aos planos de instalações, localização e fotografias dos locais de instalação, descrição dos montantes a investir em bens imóveis, maquinário e equipamentos, número de empregos diretos e indiretos a serem gerados, valor estimado do total de importações a serem realizadas no período de dois anos, volume ou valor estimado de produção ou serviço para dois anos e cronograma do projeto de investimento. Pode haver, ainda, exigências documentais específicas a depender da categoria de Programa.⁷

No caso específico da categoria INMEX-serviços, a Janela Única correspondente informa serem requeridos (a) contrato de maquila, compra e venda, ordens de compra ou pedidos firmes, (b) documentos que demonstrem posse do imóvel indicando a localização e fotografias, (c) descrição detalhada do processo produtivo ou serviço, (d) provisão em dólares, (e) indicação de volume de mercadorias importadas, produtos elaborados, perdas e desperdícios, (f) fotografias ou catálogo nos quais se verifica o equipamento, aditamento ou dispositivo integrado da unidade, (g) relatórios de contador público registrado no Serviço de Administração Tributária, (h) descrição detalhada do processo produtivo ou serviço que inclua a capacidade instalada da planta para processar mercadorias a importar ou para realizar o serviço objeto do programa e capacidade

⁶ Gobierno de Mexico, Ventaila única, Tramites y Requisitos.

⁷ Há ainda documentos adicionais a serem fornecidos no caso de empresas que desejem acreditar um grupo de empresas, por meio da controladora. Vide artigo 11, IV, Decreto INMEX e Gobierno de Mexico, Ventaila única, Tramites y Requisitos.

efetivamente utilizada. Os dados específicos requeridos são especificados na Janela Única.⁸

4. Modo como se dá a análise e a concessão do regime pela autoridade competente

A solicitação de acreditação no Programa INMEX é analisada pela Secretaria de Administração Tributária e outorgada pela Secretaria de Economia (Decreto INMEX, artigo 11). Previamente à aprovação, além da análise documental, é realizada uma visita de inspeção do local ou locais onde se darão as operações sob o Programa. A visita é feita por oficiais da Secretaria de Economia, conjuntamente com o Serviço de Administração Tributária quando se trate de produtos “sensíveis” ou a critério das autoridades. A visita tem o objetivo de constatar que o interessado conta com capacidade instalada para processar as mercadorias a importar ou para realizar os serviços objeto do Programa. O prazo para decisão da Secretaria de Economia é de quinze dias úteis contados do dia seguinte à apresentação da solicitação. Nos demais trâmites do Programa, o prazo máximo para decisão é de dez dias úteis. Passados tais prazos sem decisão, dá-se a aprovação tácita (Decreto INMEX, artigo 11(5)).

5. Modalidades existentes (suspensão, isenção ou restituição de tributos)

O Programa INMEX aplica-se na modalidade suspensão em relação aos impostos sobre bens. No caso do IVA, há duas possibilidades: (i) a suspensão do IVA mediante prestação de fiança bancária e (ii) a “anulação” do IVA mediante a concessão de crédito tributário equivalente ao imposto devido, crédito este que é abatido do imposto devido, anulando-o (Lei do IVA, artigo 28-A). Em relação ao IVA sobre serviços, o Programa INMEX aplica-se na modalidade isenção, já que os serviços de maquila e submaquila são equiparados a exportações de serviços.

⁸ Gobierno de Mexico, Ventanilla única, Tramites y Requisitos, INMEX, Autorizacion Programa Nuevo, Servicio.

6. Tributos abrangidos pelo benefício

Quanto aos bens, o Programa INMEX abrange imposto geral de importação, o IVA e, conforme o caso, medidas de defesa comercial. Quanto aos serviços, o Programa INMEX abrange o IVA.

7. Documentos físicos ou eletrônicos utilizados para comprovar a operação

As empresas beneficiárias devem apresentar um relatório anual de forma eletrônica à Secretaria de Economia, contemplando o total de vendas e exportações correspondentes a exercício fiscal imediatamente anterior, até o último dia de maio, sob pena de suspensão e posterior cancelamento da autorização. (Decreto INMEX, artigo 25)

8. Normas e procedimentos aplicáveis à operação

Uma vez autorizado o Programa para a solicitante, a Secretaria de Economia envia eletronicamente os dados que permitem identificar a empresa correspondente, de modo a que o Serviço de Administração Tributária a inscreva automaticamente no padrão de importadores INMEX (Decreto INMEX, artigo 9). O número de identificação será utilizado em todos os trâmites referentes ao Programa (Decreto INMEX, artigo 18).

As empresas devem fazer um controle de inventário informatizado, conforme requerido pelo Serviço de Administração Tributária (Decreto INMEX, artigo 10, artigo 24, IX) e devem apresentar eletronicamente à Secretaria relatórios com os trâmites relacionados ao Programa (Decreto INMEX, artigo 17). O controle de inventário informatizado deve manter a todo momento o registro atualizado dos dados de controle das mercadorias de comércio exterior, que devem estar à disposição da autoridade aduaneira (Lei Aduaneira, artigo 59).

A autorização, operação e administração do Programa, de forma eletrônica, é feita em colaboração entre a Secretaria de Economia e o Serviço de Administração Tributária

(Decreto INMEX, artigo 19), cada uma no âmbito de suas competências e com a possibilidade de solicitação de informações a outros entes (Decreto INMEX, artigo 20).

A transferência de mercadorias para operações de submanufatura depende do registro, perante a Secretaria de Economia, das submanufatureiras. Este registro depende do cumprimento de requisitos por parte das submanufatureiras, que incluem registro Federal de Contribuintes ativo, domicílios fiscais inscritos e ativos, opinião positiva vigente do Serviço de Administração Tributária sobre o cumprimento de obrigações fiscais, certidões negativas do Serviço de Administração Tributária. A empresa responsável pelo Programa também deve submeter um informe detalhado sobre o processo que cada parte registrada desenvolverá e o tempo envolvido. A empresa submanufatureira e a empresa responsável pelo Programa são responsáveis solidárias quanto ao pagamento de contribuições, aproveitamentos e acessórios, com exceção de multas, quando haja desvio de uso ou destinação das mercadorias (Decreto INMEX, artigo 21). As mesmas condições se aplicam em casos de terceirização da produção (completa), exceto que, neste caso, o informe sobre o processo não é requerido (Decreto INMEX, artigo 23).

Não é permitida a transferência da propriedade ou uso das mercadorias destinadas ao regime, exceto entre maquiladoras, empresas com programas autorizados e empresas de comércio exterior registradas e quando as condições do regime sejam cumpridas (Lei Aduaneira, artigo 105).

O prazo de permanência das mercadorias no regime pode variar de dezoito meses a dois anos ou durante a vigência do regime (Lei Aduaneira, artigo 108), para produtos considerados sensíveis, o prazo pode ser inferior.

9. Representatividade (%) do valor das exportações amparadas pelo regime em relação às exportações totais

Segundo o relatório de *Trade Policy Review* do México preparado pelo Secretariado da OMC, a partir de informações fornecidas pelas autoridades mexicanas, o número de empresas amparadas pelo INMEX cresceu de 5.515 em 2012 a 6.448 em setembro de

2016. O relatório nota que o Programa INMEX tem muita importância para o comércio exterior mexicano. Em média, no período 2012-2015, 69,7% das exportações mexicanas se deram sob o regime e 50,5% das importações foram feitas por empresas beneficiárias. Em 2016 (até setembro), as empresas beneficiárias do INMEX haviam efetuado 58% das exportações e 44% das importações totais mexicanas.⁹

10. Dados estatísticos sobre a utilização do regime naquele país, se estiverem disponíveis

Vide seção 9 acima.

11. Informações sobre a aceitação internacional do regime

Não foram encontrados pedidos de consulta relacionados ao Programa INMEX na base de controvérsias da OMC.

12. Conclusão

O Programa INMEX mostra-se um modelo de relevância potencial para a implementação de um drawback de serviços no Brasil, considerando, inclusive, a relativa semelhança dos estágios de desenvolvimento industrial dos países. Assim como é o caso de outros países, o modelo mexicano baseia-se na complementariedade entre a legislação aduaneira e a legislação tributária. A legislação aduaneira prevê exoneração de tributos na importação de bens para industrialização. Já a legislação do IVA estipula que os serviços de industrialização (maquila e submaquila) são equiparados a exportações, exonerando-os. Finalmente, a isenção sobre transportes e serviços auxiliares para exportação de bens, de forma geral, evita a tributação e o acúmulo estrutural de créditos tributários no que se refere a esses serviços, promovendo neutralidade tributária externa.

⁹ Organização Mundial do Comércio, 2016:79.

Referências consultadas

MEXICO, Decreto que Establece la Devolución de Impuestos de importación a los Exportadores, publicado en el Diario Oficial de la Federación el 11 de mayo de 1995 y su reforma y adición publicado el 29 de diciembre de 2000, disponible en <http://www.siicex.gob.mx/portalSiicex/SICETECA/Decretos/Programas/Drawback/drawbackw.htm>, acceso em 15 de maio de 2020.

MEXICO, Ley Aduanera, Nueva Ley publicada en el Diario Oficial de la Federación el 15 de diciembre de 1995, última reforma publicada en el Diario Oficial de la Federación el 25 de junio de 2016, Cantidades actualizadas por Reglas de Carácter General en Materia de Comercio Exterior em el el Diario Oficial de la Federación el 24 de diciembre de 2018, disponible em http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/12_241218.pdf, acceso em 15 de maio de 2020.

MEXICO, Ley del Impuesto al Valor Agregado, Nueva Ley publicada en el Diario Oficial de la Federación el 29 de diciembre de 1978, Texto Vigente, Última reforma publicada DOF 09-12-2019, disponible em http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/77_091219.pdf, acceso em 26 de junho de 2020.

MEXICO, Secretaria de Economía, Industria Manufacturera Maquiladora y de Servicios de Exportación (IMMEX), sem data, disponible em <https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/6227/IMMEX.pdf>, acceso em 18 de maio de 2020.

MEXICO, Servicio de Hacienda y Credito Publico, Registro en el Esquema de Certificación de Empresas, Modalidad IVA e IEPS, disponible em <https://www.sat.gob.mx/tramites/14661/obten-tu-registro-en-el-esquema-de-certificacion-de-empresas>, acceso em 6 de julho de 2020.

MEXICO, Gobierno de Mexico, Ventanilla única, disponible em <https://www.ventanillaunica.gob.mx/vucem/index.html>, acceso em 3 de julho de 2020.

MEXICO, Gobierno de Mexico, Ventanilla única, Tramites y Requisitos, disponível em <https://www.ventanillaunica.gob.mx/vucem/Tramites/SE.html>, acesso em 3 de julho de 2020.

Gobierno de Mexico, Ventanilla única, Tramites y Requisitos, INMEX, Autorizacion Programa Nuevo, Servicio, disponível em <https://www.ventanillaunica.gob.mx/vucem/Ayuda/SE/IMMEX04/Auto03/apns.html>, acesso em 6 de julho de 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, Trade Policy Review, Report by the Secretariat, Mexico, Revision, documento WT/TPR/S/352/Rev.1, 23 de junho de 2017.